

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**MILLENA DE SOUZA CASTRO**

**CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO PSICOTERAPÊUTICO NA ELABORAÇÃO DO  
LUTO PARA ADOLESCENTES: UMA LEITURA PSICANALÍTICA**

**CORUMBÁ-MS**

**2025**

MILLENA DE SOUZA CASTRO

**CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO PSICOTERAPÊUTICO NA ELABORAÇÃO DO  
LUTO PARA ADOLESCENTES: UMA LEITURA PSICANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de  
Psicologia – CPAN da Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa.  
Dra. Carolini Cassia Cunha Bezerra

**Corumbá-MS**

**2025**

Dedico este trabalho ao meu eu do futuro, que colherá os frutos desta jornada de aprendizado, esforço e crescimento, e que, ao olhar para trás, reconheça cada desafio superado e cada conquista alcançada como parte da construção de quem sou.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me sustentar em silêncio quando eu gritei por dentro. Por me conceder força, sabedoria e perseverança para concluir esta etapa tão significativa da minha trajetória acadêmica e pessoal. A Ele, toda honra, toda glória e toda gratidão.

À minha mãe, Marcia, minha companheira nesta caminhada, por ser meu porto seguro, minha inspiração e a razão de eu nunca desistir dos meus sonhos. Obrigada por ser abrigo, por ser força e por estar sempre ao meu lado, mesmo quando tudo parecia difícil. Por cada sono interrompido, por cada gesto de cuidado e por cada sacrifício silencioso, que me permitiram crescer e seguir meus sonhos.

Ao meu pai, Odilson, que sob muito sol me concedeu tudo o que pôde, com esforço, trabalho e amor, para que eu chegasse até aqui. Seu trabalho silencioso ampliou horizontes para que eu pudesse construir o meu futuro.

E a minha avó, Luzinete, mulher de poucas letras, mas de sabedoria grandiosa, que me ensinou, com a vida, as lições mais valiosas que universidade nenhuma poderia proporcionar.

Ao meu irmão, Michel, que mesmo sendo mais jovem me ensinou tanto com sua coragem, sensibilidade e jeito único de enxergar a vida. Alguém que, em meio ao silêncio, foi abrigo, acolhendo-me tantas vezes durante noites difíceis e oferecendo conforto quando mais precisei. Que privilegio é ser sua irmã e, principalmente, seu porto seguro, assim como você é o meu.

Vocês são minha base e minha maior inspiração.

As minhas amigas que são poucas, mas valiosas. Arielle, Gabrielli e Jessyane, obrigada por me ouvirem nos dias difíceis, rirem comigo nos dias bons e permanecerem ao meu lado diante de tantos desafios. Meninas, vocês foram o respiro leve que tantas vezes me sustentou.

Também dedico este trabalho à minha amiga, minha dupla da universidade, Arielle, que entrou na minha vida no retorno após a pandemia e, desde então, se tornou parte fundamental da minha caminhada. Com ela, dividi desânimos e fardos que tantas vezes pareciam pesados demais.

Juntas rimos, choramos e celebramos cada conquista ao longo dessa jornada. É uma amizade que levo, e levarei, para a vida.

À minha terapeuta, que entrou na minha vida há pouco tempo, mas se tornou essencial nesta fase, com sua escuta atenta, compreensão e incentivo, ajudando-me a encontrar equilíbrio e força durante essa caminhada.

Por fim, agradeço, com carinho, aos meus professores e à banca avaliadora deste trabalho, que acompanharam a minha jornada, oferecendo ensinamentos, incentivo e apoio que foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico.

Em especial, agradeço à Carolini, minha orientadora, professora e supervisora de estágio, pelo apoio, dedicação e valiosas orientações ao longo de toda a realização deste trabalho, guiando-me com paciência e conhecimento em cada etapa desta trajetória.

## RESUMO

O luto, na perspectiva psicanalítica, compreende não apenas a perda concreta pela morte, mas também perdas simbólicas, como a ruptura de vínculos afetivos e transformações identitárias. Na adolescência, essas vivências adquirem intensidade particular, o que torna importante espaços de escuta e simbolização que possibilitem a elaboração psíquica. Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do grupo psicoterapêutico no processo de elaboração do luto para adolescentes. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa teórica, fundamentada por referenciais da Psicanálise, autores como Sigmund Freud (1856-1939), Jacques Lacan (1901-1981), e outros autores contemporâneos que discutem adolescência, luto e subjetividade. O interesse por este estudo surgiu a partir de uma experiência prática em grupo psicoterapêutico com adolescentes, realizada durante estágio supervisionado. Os resultados indicam que o grupo psicoterapêutico, enquanto ferramenta clínica, pode contribuir significativamente para a elaboração do luto na adolescência, por meio da escuta sensível, da partilha de vivências e da construção de vínculos entre os participantes. Conclui-se que a escuta da singularidade e o reconhecimento das particularidades do desenvolvimento adolescente são cruciais para a eficácia do dispositivo grupal, pois ele fornece um espaço para a elaboração simbólica e a construção de sentidos frente às perdas inerentes a essa fase.

**Palavras-chave:** Adolescência; Luto; Grupo psicoterapêutico; Psicanálise; Subjetividade.

## SUMÁRIO

|                                                                          |           |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                                                | <b>08</b> |
| <b>2. ADOLESCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>                         | <b>11</b> |
| 2.1. CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E LUTOS SIMBÓLICOS NA<br>ADOLESCÊNCIA..... | 15        |
| <b>3. O LUTO NA ADOLESCÊNCIA E A TENDÊNCIA GRUPAL.....</b>               | <b>18</b> |
| 3.1. A ELABORAÇÃO DO LUTO E O GRUPO PSICOTERAPÊUTICO.....                | 21        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                      | <b>27</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                 | <b>30</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O luto, como aponta Arraes (2000), ao contrário do que sugere o senso comum, é um tema amplo que envolve não apenas a morte de um ente, mas podendo ser referido à perda de uma pessoa ou de algo significativo. Além disso, a autora entende que a morte pode ser compreendida de maneira metafórica, mais especificamente perder alguém de maneira simbólica e abstrata. Nesse sentido, podemos compreender como exemplos de perdas simbólicas, situações como o término de um relacionamento ou o luto vivido por quem ocupa as funções parentais na fase de entrada da criança na escola. Esse momento representa um luto simbólico, pois marca a separação da relação de dependência e o início da constituição da autonomia da criança, revelando aspectos importantes do vínculo entre mãe e filho. Da mesma forma, a transição da infância para a adolescência configura outro luto simbólico, igualmente significativo na constituição psíquica do sujeito.

Este olhar ampliado para o luto já estava presente em Freud (1917/1996), que, no texto *Luto e Melancolia*, descreve o luto como um processo que não se limita à perda por morte, mas que pode ocorrer sempre que há a perda de um objeto significativo para o sujeito. Para Freud, o luto envolve a retirada gradual da libido ligada ao objeto perdido, permitindo que o indivíduo elabore a perda e possa investir em novos vínculos. Dessa forma, o luto pode se manifestar em situações cotidianas, como separações, mudanças de fase, rompimentos e transformações nos vínculos. Ao longo da vida, somos constantemente atravessados por experiências de perda simbólica que demandam um trabalho psíquico de elaboração, o que evidencia que o luto é uma presença contínua no processo de constituição e reorganização do sujeito.

A adolescência é apontada por Aberastury e Knobel (1981) como um período pleno de lutos, como a perda do corpo infantil, das relações de dependência com os pais e da identidade construída na infância. Esses lutos estão inseridos em um momento de transição no desenvolvimento humano que, segundo Frota (2007), é marcado por transformações físicas, cognitivas e sociais, as quais influenciam diretamente a construção subjetiva do adolescente.

Alberti (2010) ao abordar a adolescência sob a ótica da psicanálise lacaniana, afirma que essa etapa da vida implica um trabalho de elaboração da falta no Outro, ou seja, a constatação de que os adultos, especialmente os pais, não detêm todas as respostas e não ocupam mais a posição de referência absoluta na vida do adolescente. Além disso, o sujeito se vê diante de escolhas estruturantes e da necessidade de reposicionar-se no campo do desejo. Esse duplo movimento de elaborar a própria posição e lidar com a separação das figuras



parentais remete diretamente ao processo de luto simbólico. Perdem-se os ideais infantis, os lugares anteriormente ocupados no laço social e, muitas vezes, a imagem de si mesmo construída até então. Assim, o luto está presente na adolescência, não como reação à morte apenas, mas como um atravessamento psíquico necessário para que o sujeito possa constituir uma nova identidade e sustentar-se frente à falta que estrutura o desejo.

Diante desse cenário, Kovács (2005) enfatiza que o luto na adolescência pode intensificar a vulnerabilidade emocional, dificultando o processo de elaboração da perda. Quando não há espaços apropriados para escuta e acolhimento, o sofrimento do adolescente pode se manifestar de modo silencioso ou por meio da conduta. Nesse contexto, Cardoso, Kawabe e Sandi (2021), entendem o grupo psicoterapêutico como um espaço que possibilita a produção de autoconhecimento e capacidade de relação entre os pares a partir da troca de experiências.

Em vista disso, o grupo pode atuar como espaço de acolhimento simbólico, onde o adolescente pode expressar suas experiências, construir vínculos e desenvolver redes de apoio por meio da identificação com outros que enfrentam situações semelhantes. Contudo, ainda que o grupo psicoterapêutico possa se configurar como um espaço potente de acolhimento e elaboração, permanece a questão acerca de como esse dispositivo pode favorecer o processo de elaboração do luto para adolescentes, considerando as especificidades emocionais e simbólicas dessa fase, bem como os aspectos próprios da contemporaneidade.

Estes apontamentos tornam-se ainda mais relevantes ao considerarmos a singularidade do sofrimento psíquico na adolescência, momento em que o sujeito enfrenta desafios emocionais e transformações tanto internas quanto externas. Durante esse período, os jovens deparam-se com exigências que requerem recursos específicos para lidar com emoções profundas e muitas vezes ambíguas. De acordo com Rezende, Neto e Rodrigues (2018), os conflitos familiares e as situações de instabilidade intensificam a sensação de desamparo, impactando desenvolvimento emocional dos jovens e dificultando a elaboração das experiências próprias da adolescência, fase em que o luto ocupa um lugar central no processo de constituição psíquica.

No contexto do luto e da perda, Dunker (2023) considera que a cultura contemporânea dispõe de cada vez menos recursos simbólicos para elaborar essa experiência, pois o declínio dos rituais coletivos e a ênfase na individualidade transformaram o luto em uma experiência solitária. A ausência de narrativas e práticas compartilhadas esvazia o sentido da perda, o que revela o empobrecimento de espaços que possibilitem a elaboração do luto.

Alinhado a esses apontamentos, na contemporaneidade também estão presentes os desafios decorrentes da redução dos espaços de diálogo e pela ascensão das redes sociais como principal meio de interação, o que pode fragilizar o processo de simbolização da perda e dificultar que o sujeito elabore o luto como experiência de transformação psíquica.

Partindo dessa compreensão, torna-se relevante investigar o luto e suas repercussões na adolescência, período caracterizado por constantes ressignificações e transformações estruturais. Refletir sobre as implicações do luto nesse estágio, assim como sobre o papel do grupo nesse contexto, favorece o aprofundamento do conhecimento acerca das vivências emocionais dos adolescentes.

Este estudo busca ampliar a discussão sobre intervenções psicoterapêuticas voltadas para adolescentes que vivenciam o luto, especialmente aqueles que enfrentam a experiência da perda de uma figura significativa em suas vidas, com enfoque nas dinâmicas grupais. O luto nessa fase apresenta características singulares, uma vez que os jovens estão em um período de constituição, o que pode intensificar o sofrimento diante da morte de alguém que desempenhava papel central na vida desses jovens. Ao considerar o luto como uma experiência concreta e significativa, o estudo busca compreender não apenas os efeitos emocionais imediatos da perda, mas também os desdobramentos na construção da subjetividade e nas relações sociais dos adolescentes. A participação em grupos psicoterapêuticos pode exercer influência significativa tanto no processo do luto clássico, associado à perda de alguém, quanto nos lutos simbólicos característicos da adolescência, como mudanças identitárias, transformações nas relações e rupturas próprias dessa fase do desenvolvimento. Destaca-se a relevância de práticas que considerem as especificidades dessa faixa etária e a importância de oferecer suporte clínico adequado às suas necessidades emocionais.

A partir dessas reflexões, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do grupo psicoterapêutico no processo de elaboração do luto para adolescentes. Parte-se da hipótese de que o grupo funciona como um espaço de escuta e acolhimento, que pode favorecer a simbolização da dor e a construção de sentidos diante da experiência de perda.

Esta pesquisa se configura como uma pesquisa teórica, onde a metodologia utilizada, como aponta Severino (2007), “se desenvolve a partir de material bibliográfico já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 122), fundamentada, principalmente, por referenciais da Psicanálise, como Sigmund Freud (1856-1939), Jaques Lacan (1901-1981), Contardo Calligaris (1948-2021), Erik Erikson (1902-1994), entre outros autores contemporâneos que discutem adolescência, luto e subjetividade.

O interesse por essa temática surgiu a partir da experiência em um grupo psicoterapêutico com adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, realizado no ano de 2024 no Serviço Escola de Psicologia, durante o estágio supervisionado em clínica na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Ao longo dos encontros grupais, foi possível observar, na prática, a complexidade das vivências subjetivas expressas pelos adolescentes, especialmente no que diz respeito às experiências de luto, em suas diferentes manifestações, como perdas concretas e transições próprias da adolescência. Diante disso, a partir desta experiência prática, surgiu o interesse em aprofundar teoricamente as questões observadas, articulando-as ao referencial da Psicanálise como forma de sustentar uma análise crítica sobre os processos psíquicos mobilizados no grupo.

## **2. ADOLESCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE**

A adolescência é um período cuja vivência é permeada por diversos condicionantes sociais. Neste contexto, o conceito de moratória, formulado por Erik Erikson (1976) e retomado criticamente por Calligaris (2000) é importante por desvelar a forma como adolescentes, ou pelo menos, uma parcela destes, são tratados pela sociedade contemporânea. A moratória pode ser compreendida como um momento de espera concedido ao adolescente, antes que seja submetido em sua inserção na sociedade como adulto. Por outro lado, a atualidade traz consigo a estigmatização do jovem, isto é, a marginalização da adolescência, conforme Lírio (2012), considerada de forma pejorativa vinculada a delinquência e falta de maturidade legal. Mais especificamente de certos adolescentes, atravessados por marcadores de gênero, classe e raça. Alves (2008) aponta que a produção desses estigmas impacta a percepção do adolescente sobre si próprio afetando a construção da sua identidade, uma vez que a rotulação fragmenta a sua autoimagem e invisibiliza aspectos relevantes do processo que está vivenciando nessa etapa do desenvolvimento.

O adolescente, continuamente interpelado por discursos normativos e estigmatizantes, constitui sua subjetividade em um cenário marcado por profundas transformações culturais e sociais. Nesse processo, as tensões entre desejos, expectativas e identidades delineiam os limites e as possibilidades da formação do eu, como apontam Ribeiro e Rocha (2017). Os autores refletem sobre como a exposição constante a discursos midiáticos e às redes sociais contribui para a construção de idealizações que, por vezes, conflitam com a realidade psíquica do adolescente, gerando tensões e desafios no processo de afirmação da identidade

corroborando para a estigmatização que paira sobre os jovens, correntemente marcada por concepções pejorativas.

A afirmação e construção da subjetividade do sujeito, segundo Souza (2013), ocorre por meio das identificações estabelecidas desde a infância, quando a criança internaliza figuras significativas do ambiente familiar, construindo a base de sua identidade psíquica. O eu, portanto, é construído a partir da relação com o outro e da forma como o sujeito se insere no campo simbólico. Essa formação subjetiva é definida por uma junção entre o interno e o externo, sendo atravessada por discursos sociais e ideológicos que refletem a forma como o sujeito se coloca no mundo. Assim, a subjetividade não é uma estrutura fixa, mas está em constante elaboração.

Alberti (2010) compreende que a constituição subjetiva do indivíduo não ocorre de forma isolada ou espontânea, mas é atravessada por elementos que antecedem o próprio sujeito. Essa formação é influenciada por três dimensões, os indicativos, as direções e os determinantes, isto é, pelas marcas do ambiente social, dos discursos culturais e das relações significativas. Na adolescência, essas influências se evidenciam na tensão entre desejos individuais e normas externas, evidenciando que cada posição subjetiva é mediada por elementos que o antecedem. Tais elementos se manifestam ao longo da infância e da adolescência, por meio das relações com figuras significativas como pais ou aqueles que exercem essas funções na vida do adolescentes, educadores, colegas, e também através da cultura e da linguagem. Seja por palavras, imagens, gestos ou até pelo silêncio, o sujeito é constantemente interpelado por um campo simbólico que lhe oferece referências sobre quem ele deve ser, como agir e o que desejar. Assim, as escolhas feitas na adolescência e na vida adulta são marcadas por esses atravessamentos precoces, que moldam não apenas as decisões, mas também o modo como o sujeito se posiciona diante do mundo.

Tendo em vista esse contexto, Calligaris (2000) alinha-se a essa ideia ao entender que a adolescência compreende mais do que uma fase do desenvolvimento humano, configurando-se como uma construção social marcada por valores e exigências próprios da modernidade. Para o autor, esse período não se define apenas por transformações biológicas ou psicológicas, mas sobretudo por um tempo de espera socialmente instituído, no qual o indivíduo, embora maduro do ponto de vista físico e emocional, ainda não tem acesso pleno às experiências e responsabilidades adultas. A adolescência, assim, é vivida como uma espécie de moratória, uma suspensão entre a capacidade de agir e a autorização social para fazê-lo, conforme propõe Calligaris a partir das formulações de Erik Erikson.

Outrossim, a moratória psicossocial, definida por Erik Erikson (1976), refere-se a um período de latência social, para a maioria dos adolescentes, que é estabelecido e determinado por cada sociedade e cultura. Esse período é marcado pela espera e pelo adiamento das responsabilidades adultas, assim a sociedade cria esse “tempo” para que jovem possa explorar papéis transitórios antes de consolidar sua identidade adulta.

Esse período de latência não alcança todos os jovens de forma igualitária, Camacho (2007) aponta a ilusão da moratória para os adolescentes de classes populares, uma vez que a concepção de juventude é moldada pelas condições sociais e culturais, o que faz com que existam diferentes maneiras de vivenciar essa fase.

Camacho (2007), destaca que a ideia de juventude como um período marcado por liberdade, permissividade e dedicação exclusiva aos estudos corresponde apenas a uma parcela social que dispõe de recursos financeiros e culturais para usufruir da “moratória social”. A autora enfatiza que parte significativa de jovens, especialmente aqueles pertencentes a grupos socialmente vulneráveis, não vivenciam esse período de suspensão das responsabilidades adultas. Ao contrário, são levados a abandonar a escolarização, assumir precocemente funções ligadas à reprodução social, como a formação de família, e ingressar no mercado de trabalho para garantir sua própria subsistência. Dessa forma, o autor problematiza a ideia de juventude como fase homogênea e evidencia que a moratória social é um privilégio restrito, não uma experiência universal.

De tal modo, não se pode falar em uma única juventude, mas em juventudes, uma vez que cada contexto histórico, econômico e social oferece possibilidades distintas de experimentação e de busca por identidade. Posto isso, a moratória é vivenciada de maneiras distintas e não é igualmente concebida a todos. Enquanto alguns jovens dispõem de tempo e espaço para experimentar papéis e fazer escolhas, outros se deparam com limitações impostas por suas condições sociais e culturais.

Camacho (2007) ressalta outros aspectos característicos da adolescência contemporânea, observando que a moratória se torna cada vez mais restrita, concentrando-se principalmente na infância, em jovens de classes sociais mais elevadas e, majoritariamente, no público masculino. Cabe destacar que jovens em situação de vulnerabilidade se veem diante da necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, o que reduz o tempo e as oportunidades para vivenciar esse período de suspensão social. Por outro lado, é pertinente destacar que Carvalho (2022) identifica uma tendência cultural de atribuir às meninas, desde cedo, responsabilidades domésticas e funções de cuidado com o outro, enquanto os meninos, em geral, são menos demandados nesse aspecto. Nessa mesma direção, Iaconelli (2023) aponta

que a divisão do cuidado permanece atravessada por desigualdades de gênero. Segundo a autora, as meninas, desde cedo são incentivadas, ou mesmo cobradas, a assumir tarefas de cuidado, enquanto os meninos tendem a ser dispensados desse tipo de responsabilidade. Essa disparidade decorre da manutenção de papéis sociais historicamente associados às mulheres. Tal diferenciação pode comprometer a vivência da moratória psicossocial pelas meninas, restringindo suas possibilidades de experimentar e explorar essa fase de forma plena.

De acordo com essa compreensão, Calligaris (2000) faz uma crítica em torno dessa vivência ao entender a moratória como uma imposição feita aos adolescentes, a qual gera inquietações e uma relação de ambivalência. Por um lado, a sociedade reconhece que o jovem, apesar de estar em transição para a vida adulta e estar buscando a autonomia, ainda não é plenamente responsável por suas escolhas, por outro, espera dele atitudes maduras e compatíveis com a vida adulta. Essa “espera” imposta socialmente desperta uma reação de rebeldia por parte do adolescente, como afirma o autor, o que contribui para a construção de estigmas em torno dessa fase.

Frente a esse cenário, compreender a adolescência apenas a partir de parâmetros sociais mostra-se insuficiente, uma vez que tal fase é atravessada por conflitos psíquicos significativos. As demandas externas, como a moratória e as expectativas sociais de maturidade, provocam efeitos subjetivos que variam conforme a singularidade de cada indivíduo.

Fernandes (2021) observa que parcela expressiva dos adolescentes tende a se recolher em seus próprios mundos, dedicando grande parte do tempo aos jogos eletrônicos e às interações virtuais, que frequentemente substituem os vínculos presenciais e o convívio social. Esse cenário reflete um crescente isolamento afetivo característico da contemporaneidade. Embora estejam imersos nas tecnologias digitais e dominem o ambiente virtual, nota-se que a comunicação direta com familiares, amigos e colegas ainda apresenta desafios. Nessa etapa de transição entre a infância e a vida adulta, os jovens se deparam com mudanças significativas, perdas, novas exigências e incertezas, vivenciadas de forma intensa e singular, o que torna esse processo, por vezes, difícil de ser enfrentado.

Considerando esse contexto, Oliveira e Hanke (2017), defendem o papel da psicanálise na busca pelo entendimento das particularidades da adolescência na atualidade, compreendendo tanto os momentos que impactam a subjetividade quanto a influência da cultura sobre o aparelho psíquico. Os autores identificam desafios ao se pensar a adolescência na contemporaneidade, um dos principais impasses é justamente pensar como se pode compreender a adolescência sob a ótica psicanalítica, já que o foco da psicanálise está direcionado ao sujeito do inconsciente que, segundo os autores, Freud, não considerou preso a

uma faixa etária ou a concepções demarcadas cronologicamente. Outro ponto está em entender como as características da contemporaneidade afetam o funcionamento psíquico do sujeito, considerando a forma como o "Outro" atual incide sobre esse sujeito do inconsciente.

Ao contrário de outras abordagens que organizam o desenvolvimento humano em fases lineares, a psicanálise, especialmente a partir de Freud e, posteriormente, de Lacan, propõe uma leitura diferente. Onde o desenvolvimento não é um percurso fixo, com etapas a serem cumpridas, mas um processo marcado pelo inconsciente, pelas experiências simbólicas e pelos modos singulares de cada sujeito lidar com seu desejo.

Para Freud (1905/1996), o sujeito não se desenvolve seguindo estágios cronológicos fixos, seu processo constitutivo é atravessado por experiências pulsionais e simbólicas que surgem desde a infância, mas não obedecem a uma lógica linear. Mais adiante, ao abordar a reorganização da estrutura psíquica, Freud (1923/1996) enfatiza que o sujeito é formado por forças inconscientes que permanecem além do alcance da consciência lógica e do tempo cronológico.

Nessa direção, Lacan (1962/1998) aprofunda essa concepção ao afirmar que o sujeito é fundamentalmente “um sujeito do inconsciente”, constituído pela linguagem e marcado por significantes que o precedem. Assim, em vez de pensar o desenvolvimento como um conjunto de fases universais, a psicanálise prioriza a singularidade, considerando a forma como cada indivíduo se posiciona diante do desejo e dos laços simbólicos que organizam sua vida psíquica (LACAN, 1966).

Dessa forma, compreender uma etapa do desenvolvimento pela psicanálise implica deslocar o foco das estruturas rígidas para a dinâmica inconsciente que molda cada sujeito. O desenvolvimento, portanto, não é tomado como um roteiro universal, mas como um processo singular, marcado por conflitos, significantes e experiências subjetivas que não se alinham necessariamente às “fases” descritas em modelos lineares de desenvolvimento.

O desafio, portanto, é abordar a adolescência de hoje sem abandonar os princípios da psicanálise, cuja ética se baseia na singularidade do sujeito, visto não como um conjunto de características fixas, mas como um ser constituído e atravessado pelo inconsciente.

## **2.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E LUTOS SIMBÓLICOS NA ADOLESCÊNCIA**

Diante das complexidades do processo de construção subjetiva, para Gea (2013), adolescência configura-se como um período constitutivo do sujeito, marcado pelo afastamento progressivo das referências parentais e pela busca de novos modelos de identificação,

fundamentais para a reconstrução da identidade e para o sentimento de pertencimento em diferentes esferas sociais.

Assim como destaca Urrutigaray (2016), o autor compreende a adolescência como um período marcado por vivências de luto, relacionadas ao processo de desligamento da identidade infantil e à construção de uma nova identidade adulta. Esse processo implica a perda do corpo infantil, da identidade infantil e o afastamento, simbólico ou real das figuras parentais enquanto principais objetos de identificação. Aberastury e Knobel (1981) descrevem essas experiências como os “lutos fundamentais” da adolescência. Segundo os autores, a perda do corpo infantil constitui um dos três lutos fundamentais vivenciados pelo adolescente, estando vinculada, principalmente, a aspectos biológicos, relacionados às transformações físicas próprias da adolescência. Esse pode ser um momento difícil para o indivíduo, uma vez que ele passa a lidar com um corpo com o qual ainda não se identifica, isto é, um corpo que mudou mais rapidamente do que sua própria percepção sobre si, fazendo com que ainda se reconheça mais em seu corpo infantil do que no corpo em transformação. Ressalta-se, ainda, que esse luto implica a ruptura com a identidade infantil, abrindo espaço para a construção de uma nova identidade como apontam os autores. A busca pela própria identidade utiliza parte da energia do adolescente e decorre da perda da identidade infantil, provocada pelas transformações corporais iniciadas nesse período. A construção dessa nova identidade pressupõe a negação à dependência infantil e a aceitação das exigências e responsabilidades que surgem com a transição da infância para a adolescência.

Aberastury e Knobel (1981) descrevem o luto pelos pais da infância como outro marco importante desse momento, na infância, a criança estabelece uma relação de dependência em relação aos pais, contudo, com a transição para a adolescência, esse vínculo tende a se distanciar. O afastamento dos pais enquanto figuras centrais de identificação torna-se necessário para que o indivíduo possa investir em novos vínculos e consolidar sua autonomia. Tal dinâmica expressa a ambivalência constitutiva entre a independência desejada e a dependência ainda necessária, a permanência de necessidades de cuidado e proteção. Essa dualidade revela a complexidade do processo de adolecer, no qual a ruptura com a identidade infantil não ocorre de forma linear, mas por meio de progressos, retornos e constantes reelaborações de conflitos inconscientes que marcam a passagem para a vida adulta.

Cabe ressaltar que este luto se expressa no esforço do adolescente em conservar as figuras dos pais como referências de proteção e segurança internalizadas em sua personalidade, permitindo ao adolescente iniciar de forma mais consistente seu processo de individualização. Esse processo, entretanto, adquire maior complexidade à medida que os próprios pais precisam



confrontar o fato de que envelhecem e que seus filhos deixam de ser crianças para caminhar em direção a vida adulta.

Esses lutos simbólicos, representam um momento significativo no que diz respeito à reorganização psíquica, pois incitam o adolescente a buscar novas formas de identificação. Tal fato indica que o luto exerce não apenas um papel de perda simbólica, mas uma possibilidade de reestruturação na dimensão psíquica na adolescência.

Assim, a vivência dos lutos simbólicos na adolescência vai além da simples experiência da perda, configurando-se como um processo contínuo de transformação e reorganização da subjetividade. Nesse percurso, o adolescente revive antigas identificações para construir novas maneiras de se colocar no mundo, o que demanda ressignificação das relações familiares e sociais. É nesse contexto que a revivência do complexo de Édipo se torna presente, pois representa a reformulação dos vínculos afetivos, a redefinição do desejo e a afirmação de uma identidade própria.

Becker (1985) destaca que esse momento está diretamente ligado à resolução do complexo de Édipo formulado por Freud para explicar a constituição subjetiva da criança e, posteriormente do adolescente. A partir dessa perspectiva teórica, O complexo de Édipo estrutura os laços afetivos e desejantes por meio de uma estrutura comumente representada pelas figuras parentais ou por aqueles que desempenham essas funções, e pela criança. Para Freud (1924/2011), o complexo de Édipo constitui uma etapa central do desenvolvimento psicosssexual, na qual a criança direciona desejos inconscientes ao genitor do sexo oposto e rivaliza com o do mesmo sexo. A resolução desse conflito, marcada pela renúncia ao desejo e pela identificação com a autoridade parental, é decisivo para a formação do superego e para o ingresso do sujeito na dimensão simbólica da cultura e da lei. Cabe destacar que o complexo de Édipo é vivido individualmente, o que significa que cada sujeito o atravessa de maneira singular, com seus próprios afetos, desejos e conflitos. No entanto, Freud também entende que o Édipo não surge apenas da experiência pessoal, mas seria processo necessário, que corresponde a uma etapa do desenvolvimento psicosssexual.

Os investimentos objetais são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmagô do Supereu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto. As tendências libidinais próprias do complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas em parte, o que provavelmente ocorre em toda transformação em identificação [...]. (FREUD, 1924/2011, p. 127)

Dentro dessa lógica, Becker (1985) observa que, na adolescência, o complexo de Édipo ressurgue de forma simbólica, e é reavivado diante das transformações da sexualidade e da necessidade de se separar psiquicamente dos pais. O autor afirma que esse período exige do adolescente a renúncia aos objetos parentais, instaurando um processo de luto simbólico, importante para o desinvestimento libidinal da infância e o investimento em novos objetos fora do núcleo familiar. Para ele, essa reorganização subjetiva está diretamente ligada ao processo de construção da identidade e personalidade, uma vez que o afastamento das identificações infantis permite ao adolescente buscar novos modelos identificatórios, ampliando seu pertencimento a outros grupos sociais, possibilitando a construção de uma identidade própria. Os lutos simbólicos, portanto, dizem respeito às perdas de forma inconsciente, como o afastamento das figuras parentais enquanto principais objetos de amor, a perda da onipotência infantil e a reatualização de conflitos edípicos.

Em vista disso, Becker (1985), entende que o complexo de Édipo, ao ser reativado e reelaborado nesse estágio do desenvolvimento, constitui um alicerce conceitual para compreender tanto as transformações estruturais da adolescência quanto os processos psíquicos envolvidos na formação da identidade. Nesse contexto, o luto emerge como uma experiência central nesse período, não apenas na sua forma clássica diante da morte, mas também como um luto simbólico, que envolve a perda de antigas identificações, a dissolução de vínculos e a transição entre etapas do desenvolvimento, configurando-se como um processo constitutivo das transformações próprias da trajetória adolescente.

### **3. O LUTO NA ADOLESCÊNCIA E A TENDÊNCIA GRUPAL**

O texto *Luto e Melancolia*, de Freud (1917/1996), aborda o conceito de luto, compreendido como uma resposta psíquica diante da perda de alguém ou de algo investido de valor afetivo, considerado pelo sujeito como significativo. Esse processo envolve um trabalho interno no qual o sujeito, progressivamente, desinveste a energia libidinal que estava ligada ao objeto perdido, possibilitando que essa energia seja, posteriormente, direcionada a novos vínculos. Durante o luto, há uma suspensão temporária do interesse pelo mundo externo, já que nesse momento o psiquismo se ocupa da elaboração da ausência do objeto. Diferente da melancolia, no estado de luto não há comprometimento da autoestima, pois o sofrimento é voltado ao objeto perdido, e não ao próprio eu. Após vivenciar o processo de luto, ocorre o

reinvestimento psíquico, assim o sujeito recupera sua capacidade de se abrir para novas experiências, retomando sua relação com a vida de forma transformada.

Em seu trabalho, Freud (1917/1996) faz a distinção entre o luto e a melancolia, considerando que, no luto, a perda permanece direcionada ao objeto amado, e o sujeito, capaz de reconhecer a ausência e gradualmente retirar o investimento libidinal desse objeto, preservando, assim, a integridade do eu. Na melancolia, contudo, o funcionamento psíquico apresenta-se de forma diversa, a libido é voltada para o eu ao invés de ser liberada, isso porque ocorre uma identificação inconsciente com o objeto perdido. Assim, o sujeito passa a se reconhecer e se tratar como o próprio objeto, a agressividade volta-se contra o eu, através da identificação negativa, o que evidencia tanto o rebaixamento da autoestima quanto o aspecto patológico da melancolia, diferentemente do processo normativo do luto.

Outrossim, Dunker (2023) aponta que a semiologia do luto, conforme descrita por Freud, apresenta seis traços principais: desânimo profundamente doloroso; suspensão do interesse pelo mundo; redução da capacidade de amar; rememoração do objeto perdido e investigação do que se perdeu junto com ele; sentimentos ambivalentes de culpa e vergonha; e produção de um afeto que se inicia com a dor da perda e se encerra com a sensação agradável de libertação do eu. No caso da melancolia, além desses traços, observa-se também comprometimento da autoestima e a esperança de ser punido. O autor faz a distinção entre luto e melancolia, com base em Freud, mostrando como cada um afeta a relação entre o eu e o mundo. A autodepreciação é o elemento que distingue o luto da melancolia, enquanto o primeiro representa uma perda do mundo externo, a melancolia representa uma perda interna, que leva o sujeito a se autodepreciar, sentir culpa e diminuir seu valor.

Outra distinção importante apontada por Dunker (2023) é que, no o luto, o indivíduo sabe o que perdeu, na melancolia, não. Por isso, a melancolia se manifesta por meio de autocritica intensa, sentimentos de inferioridade, desvalorização pessoal, sensação de inutilidade, insônia e recusa alimentar, sintomas que não estão presentes no luto normal. O melancólico encontra certa satisfação em expor sua dor e em depreciar a si mesmo, enquanto o enlutado não. Em linhas gerais, na melancolia a perda ocorre no próprio eu, ao passo que, no luto, ela recai sobre o objeto perdido.

Assim, pode-se compreender o luto como um atravessamento estrutural da subjetividade, mais presente nas experiências cotidianas do que muitas vezes se reconhece. A vida, em sua dinâmica de transformações, é permeada por lutos que impulsionam processos de mudança e ressignificação.

Cabe ressaltar que, Dunker (2023) compartilha da mesma compreensão ao propor que o luto não se restringe à morte, mas se manifesta em diversos momentos de ruptura simbólica ao longo da vida, como mudanças de identidade, perdas afetivas e transições existenciais. O autor acrescenta que o luto articula dimensões antropológicas, por seu caráter universal, filosóficas, ao nos colocar frente à finitude, à ausência e à fragilidade da existência, e psicológicas, por se tratar de uma experiência de desprazer que exige elaboração psíquica. Para Dunker, toda perda significativa convoca um trabalho de luto, pois desestabiliza o sujeito e demanda uma nova inscrição no laço social e no campo do desejo.

Na adolescência, o luto adquire papel estruturante que envolve, de modo significativo, a elaboração psíquica da perda e de suas implicações emocionais, cuja a elaboração, por vezes, não ocorre de maneira apropriada. Quando esse trabalho de elaboração não ocorre, há a dificuldade em integrar as perdas próprias dessa fase podendo gerar impasses psíquicos, comprometendo o processo de subjetivação. Nas vivências de luto, existe a possibilidade de o sintoma adquirir um caráter patológico, manifestando-se em quadros como a melancolia, na qual o sujeito volta contra si mesmo a agressividade originalmente dirigida ao objeto perdido, resultando em um rebaixamento da autoestima, conforme exposto por Freud (1917/1996).

Portanto, o luto representa, segundo Dunker (2023), um percurso de reorganização do Eu, no qual o sujeito, ao elaborar a perda, é levado à construção de novos afetos e à possibilidade de estabelecer novas identificações em determinados contextos. Na adolescência, Aberastury e Knobel (1981) ressaltam que, diante da busca pela identidade e como forma de defesa frente às exigências dessa fase, emerge a tendência grupal. A identificação entre os pares possibilita ao adolescente experimentar um sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que favorece o afastamento gradual da família. Ademais, a dinâmica grupal e as condutas de seus integrantes funcionam como forma de oposição às figuras parentais, permitindo ao adolescente afirmar uma identidade distinta daquela vinculada ao ambiente familiar.

Portanto, nesse momento os jovens passam a colocar em dúvida as figuras de autoridade e normas sociais, por exemplo, surgindo a necessidade de encontrar um espaço de acolhimento e identificação, que geralmente se concretiza no contato com os pares, assim o grupo torna-se a nova referência para o adolescente.

Na contemporaneidade, a tendência grupal manifesta-se também em contextos virtuais, como comunidades online e redes sociais, que funcionam como novos espaços de pertencimento e reconhecimento. Esses ambientes permitem aos adolescentes explorar diferentes papéis sociais, estabelecer identificações com figuras públicas e criar culturas próprias, oferecendo sensação de autonomia e liberdade frente às autoridades tradicionais

(SCHALY, 2022). Contudo, a interação digital também apresenta desafios, podem surgir sentimentos de exclusão, comparação social e frustração diante da expectativa de validação, fenômeno descrito por Dunker (2019) como “sofrimento narcísico digital”. Assim, os espaços virtuais se configuram como uma extensão da tendência grupal, impactando de forma significativa a constituição subjetiva do adolescente, refletindo ainda as mudanças históricas e culturais contemporâneas na forma de lidar com perdas e lutos (GOLDBERG, 2021). O que evidencia, conforme Dunker (2023), a perda de recursos para o enfrentamento do luto, o qual tende a se manifestar de forma cada vez mais individualizada, tornando sua elaboração emocional mais difícil para os sujeitos.

### 3.1 A ELABORAÇÃO DO LUTO E O GRUPO PSICOTERAPÊUTICO

A repetição, como destaca Freud (1914/1994) em *Recordar, repetir e elaborar*, envolve um processo no qual o sujeito não recorda propriamente suas experiências passadas, em vez disso, as repete sob a forma de atuação, isto é, revive aspectos do passado no presente, reencenando tais vivências dentro da própria relação terapêutica. Essa repetição é o que Freud (1920/1923), em *Além do Princípio do Prazer*, descreve como tendência inconsciente de reviver experiências não elaboradas, a compulsão à repetição como uma “manifestação do poder do reprimido”, um meio para o indivíduo recordar, desvinculada de qualquer forma de satisfação ou prazer, manifestando-se tanto na transferência quanto nos demais relacionamentos do sujeito, como aponta Freud

Logo notamos que a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido, transferência não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente. Devemos estar preparados, portanto, para o fato de que o analisando se entrega à compulsão de repetir, que então substitui o impulso à recordação, não apenas na relação pessoal com o médico, mas também em todos os demais relacionamentos e atividades contemporâneas de sua vida (FREUD, 1914/1994, p.150).

Fazendo uma ponte com a adolescência, nota-se que o adolescente vivencia situações traumáticas de forma habitual que, por vezes, não são elaboradas psiquicamente, retornando sob a forma de repetições. Essas repetições expressam uma tentativa inconsciente de dar conta daquilo que não pôde ser simbolizado. Isso evidencia como o sofrimento, a repetição e o conflito são elementos constitutivos do sujeito, especialmente nessa fase de transição e construção identitária. Posto isso, a elaboração se dá a partir do trabalho realizado na relação transferencial, na qual o sujeito lida com os conteúdos inconscientes que emergem por meio da

repetição. Freud (1914/1994) descreve o *acting out* como uma das formas de manifestação dessa repetição, expressa pela atuação e na própria dinâmica transferencial. Nessa mesma direção, Verzignasse (2008) destaca que, entre adolescentes, o *acting out* pode se configurar como uma forma de comunicação não verbal, por meio da qual se expressam conflitos e conteúdos psíquicos que não encontram representação simbólica.

Reis (2022) explica que falhas nas fases iniciais do desenvolvimento emocional prejudicam a capacidade de elaborar perdas e dar sentido às experiências. Quando a pessoa não consegue simbolizar o sofrimento, falta-lhe recursos internos para lidar com traumas e lutos na vida adulta. Assim, o sofrimento torna-se difícil e, em vez de ser elaborado de forma simbólica, é expresso por meio de ações impulsivas, o chamado *acting out*.

Portanto, a não elaboração dos lutos, em termos gerais, coloca em risco o desenvolvimento psíquico, uma vez que impede o adolescente de ressignificar e transformar a experiência de perda em um processo de crescimento e construção de sua identidade. A identificação, nesse sentido, pode emergir como uma tentativa de elaboração da perda, ao mesmo tempo em que estabelece vínculos com o outro e sustenta a construção de pertencimento a grupos sociais.

Fernandes (2021) afirma que o grupo representa uma forma de agrupamento entre indivíduos na qual ocorrem interações contínuas e o desenvolvimento de vínculos entre seus participantes. Sob a ótica da psicanálise vincular, esses laços adquirem importância central, pois é nas relações e nas trocas afetivas que se manifestam e se transformam os processos psíquicos e subjetivos.

Seguindo essa linha, Costa-Rosa (2019) considera o grupo psicoterapêutico como um dispositivo de produção, e para sustentar tal compreensão recorre à formulação de Marx (2004), segundo a qual toda produção humana envolve, ao mesmo tempo, a criação e a reprodução. Isso significa que, ao produzir, o ser humano não apenas gera algo novo, mas também atualiza e mantém as formas e modos de produção já existentes, os quais, incidem diretamente sobre aqueles que os produzem. Assim, o grupo psicoterapêutico pode ser entendido como um espaço em que se produzem sentidos, vínculos e transformações, ao mesmo tempo em que se reproduzem modos de relação e estruturas simbólicas que atravessam os sujeitos.

Pensando a psicoterapia em grupo, observa-se um movimento contínuo de produção e reprodução subjetiva. Para Costa-Rosa (2019), nos dispositivos psicoterapêuticos, tal dinâmica adquire maior intensidade, já que a própria elaboração do sofrimento e a produção de sentido implicam diretamente os sujeitos como agentes de sua transformação psíquica.

Nessa direção, os grupos de inspiração psicanalítica desempenham um papel importante no desenvolvimento de vínculos interpessoais e na promoção de processos terapêuticos significativos como apontam Fernandes e Santeiro (2021). A partir da psicanálise vincular, esses grupos podem ser configurados segundo critérios como a forma de ingresso dos participantes, suas características individuais e o contexto institucional em que ocorrem.

Fernandes e Santeiro (2021) propõem uma classificação dos grupos com base nas semelhanças ou diferenças entre seus participantes, distinguindo-se, assim, grupos homogêneos e heterogêneos. Os grupos homogêneos são compostos por indivíduos que compartilham características semelhantes, como faixa etária, gênero, condição clínica ou etapa do desenvolvimento, o que tende a favorecer a identificação e o sentimento de pertencimento entre os membros. Em contrapartida, os grupos heterogêneos reúnem participantes com distintas particularidades, sejam elas de ordem biográfica, social ou emocional, possibilitando diversidade de perspectivas, trocas simbólicas e aprendizagens relacionais. Essa distinção permite compreender como a composição grupal influencia as dinâmicas de interação e os processos terapêuticos desenvolvidos.

Os autores destacam, também, que as especificidades do grupo englobam a forma de ingresso e o tempo de permanência dos participantes, distinguindo-se em abertos, fechados ou semiabertos/semifechados. Nos grupos abertos, é possível a entrada e saída de participantes a qualquer momento, característica comum em instituições com alta demanda ou em grupos privados, embora nestes haja o risco de redução do número de integrantes ao longo do tempo. Já os grupos fechados mantêm os mesmos participantes do início ao fim da sequência de sessões, sem substituições. Os grupos semiabertos ou semifechados permitem alguma flexibilidade, podendo alternar entre abertura e fechamento conforme o período do grupo. Além disso, os grupos também se diferenciam pelo contexto institucional em que ocorrem, podendo ser realizados em ambientes privados, como consultórios e escolas, ou em instituições públicas, como serviços de saúde, assistência social e educação.

Em estudo realizado por Cardoso, Kawabe e Sandi (2021), alguns recursos dos grupos psicoterapêuticos são destacados, evidenciando seu papel como espaço potencializador para o desenvolvimento psíquico. Nesses grupos, a diversidade de interações afetivas e a troca contínua de experiências permitem aos participantes explorar diferentes papéis favorecendo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas humanas. A abertura à experiência propicia o acolhimento das próprias emoções e a expressão de dificuldades, enquanto o enfrentamento saudável de conflitos estimula a criatividade, a reflexão crítica e a construção de soluções para as demandas. Além disso, processos de ressignificação de queixas, aliados à função de

contentor exercida por alguns membros, contribuem para a transformação de padrões antigos em novas formas de interação com o mundo. Cabe ressaltar também que a prática da auto-observação e o estabelecimento de limites individuais promovem autoconhecimento e responsabilidade afetiva. Também, o fortalecimento dos vínculos consolida um ambiente propício à construção de relações mais benéficas e significativas, especialmente para os jovens.

O grupo, nesse sentido, pode atuar como agente de transformação dentro do contexto social mais amplo, como apontam Cardoso, Kawabe e Sandi (2021). Assim, os grupos psicoterapêuticos revelam-se como instrumentos valiosos para questionar e superar padrões que permeiam a vida cotidiana, evidenciando seu potencial de promover mudanças significativas nas relações e experiências dos participantes.

Para, Moretto, Carvalho e Terzis (2010), no início da experiência grupal, predominam representações imaginárias iniciais, que podem tanto favorecer quanto dificultar o alcance dos objetivos do grupo. Os autores destacam que, além das relações reais, os grupos possuem uma dimensão imaginária que explica fenômenos não determinados pelos objetivos explícitos. Destacam também, que todo grupo possui uma “envoltura” que mantém os membros unidos: um lado voltado para o mundo externo, regulando interações e normas, e outro para o mundo interno, permitindo a formação de um “si-mesmo do grupo”, onde circulam fantasias e identificações entre os participantes, garantindo que o grupo funcione como uma unidade coesa.

A entrada nesse espaço pode desencadear um processo de regressão no indivíduo, acompanhado de angústias que despertam diferentes mecanismos de defesa, além da compulsão a repetição que se manifesta nas relações transferenciais, como aponta Freud (1920/1923). Nessa perspectiva, Rodrigues (2023) entende a regressão como uma tendência interna do sujeito enquanto a repetição constitui a manifestação externa dessa tendência, funcionando como o mecanismo por meio do qual o indivíduo revive experiências passadas não elaboradas. Contudo, essas experiências encontram elaboração na vivência de pertença ao coletivo, na medida em que o sentimento de acolhimento se constitui a partir do vínculo transferencial, do investimento no “corpo grupal” e da possibilidade de inscrição subjetiva no campo do “nós”.

Com base em Barros (2015), a transferência pode ser compreendida como um “espelho” das experiências passadas, o que foi vivenciado com figuras importantes anteriormente se reflete nas relações atuais. Assim, a transferência, sustentada pelo vínculo no grupo psicoterapêutico, possibilita que os membros projetem expectativas e revivam situações anteriores, o que favorece a elaboração de conflitos internos. Freud (1914/1994) descreve a compulsão à repetição como a tendência de reviver, de forma inconsciente, experiências passadas que aparentemente não podem ser lembradas. Esse fenômeno se manifesta de maneira



significativa na relação transferencial, na qual o sujeito projeta sobre o terapeuta aspectos de conteúdos recalçados.

Andréa (2006) aponta a relação transferencial como uma possibilidade de ferramenta para o trabalho assim como o afeto presente no vínculo. Portanto, o setting grupal constitui-se como um espaço que possibilita ao paciente condições para retomar o contato com experiências anteriores, possibilitando o processo de elaboração.

Seguindo essa perspectiva, Barros (2015) ressalta que a transferência é melhor compreendida quando se observa o setting psicoterápico como um ambiente propício para o seu desenvolvimento. A configuração terapêutica, pode oferecer ao paciente a liberdade para explorar conteúdos inconscientes em um espaço seguro e respeitoso, favorecendo o surgimento gradual da relação transferencial. Dentro desse enquadre, tais vivências são reatualizadas na relação com o terapeuta e na interação com os demais integrantes, possibilitando a ressignificação dos conteúdos psíquicos e a elaboração de conflitos.

Para tanto, podemos pensar no trabalho analítico voltado à relação estabelecida no setting a partir de um olhar sobre o lugar da fala e da escuta neste processo. Ayub e Macedo (2011) classificam a escuta como um instrumento clínico central para a psicanálise no trabalho realizado, uma vez que possibilita ao analista compreender tanto o que é dito quanto o que é silenciado. Tendo isso em vista, ao considerar essa ferramenta no grupo psicoterapêutico com adolescentes, destaca-se a relevância desse dispositivo para favorecer a expressão subjetiva e o acolhimento das angústias próprias dessa fase. A esse respeito, compreende-se que a escuta no contexto grupal não apenas possibilita a elaboração de conflitos, mas também fortalece o vínculo entre os membros, criando um espaço de pertencimento e confiança influente para o processo terapêutico.

Costa-Rosa (2019), coloca como contribuição da psicanálise à psicoterapia de grupo, principalmente a compreensão do inconsciente, do sujeito, da transferência e da interpretação, permitindo entender conceitos que fundamentam a teoria psicanalítica. Assim, o autor defende que a percepção dessa especificidade permite tornar o uso do grupo mais eficiente, sobretudo em práticas psicoterapêuticas voltadas à demanda social e aos demais contextos.

Esse enfoque leva à reflexão sobre como o contexto histórico influencia a maneira de lidar com a morte e o luto, por exemplo. Tais questões desafiam conceitos tradicionais de comunicação, como o digital e o virtual, assim como todo o conjunto de dispositivos que mediam nossas interações. Goldberg (2021) propõe uma análise das tecnologias contemporâneas, destacando suas rupturas e variações.

Por sua vez, Dunker (2023) observa a escassa presença de recursos para o enfrentamento do luto na cultura contemporânea, além de observar que este vem se manifestando de forma cada vez mais individual. Nesse cenário, os efeitos da pandemia sobre o uso das tecnologias digitais, destacados por Goldberg (2021), tornaram possíveis situações antes inimagináveis e, ao mesmo tempo, transformaram o possível em algo necessário. Limites de tempo, distância e a própria natureza assíncrona das interações deram lugar a uma rede comunicacional capaz de viabilizar tanto encontros quanto desencontros no ambiente online. O autor aponta uma das descobertas mais interessantes, refere-se à maneira como a escrita pode desempenhar um papel simbólico no rito fúnebre, que constitui uma etapa importante do luto, especialmente em tempos de pandemia. A impossibilidade, em muitos casos, de realizar os rituais leva os enlutados a buscar alternativas para homenagear e lembrar os que partiram, através das redes sociais, por exemplo. Assim, no contexto pandêmico, a escrita passou a se configurar como um instrumento de simbolização da perda mediado pela internet.

Os espaços de diálogo, desvinculados das redes sociais e da internet, vêm gradualmente perdendo relevância, especialmente entre os jovens. Schaly (2022) salienta que os adolescentes têm uma relação ampla com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Essas tecnologias funcionam como um espaço onde eles se expressam, se comunicam e constroem sua identidade, que está em constante mudança. A autora destaca que a internet oferece aos adolescentes oportunidades de vivência, permitindo-lhes explorar diferentes papéis sociais, e estabelecer identificações com figuras públicas, ídolos ou mitos. Outrossim, o ambiente virtual favorece, segundo Schaly, a criação de culturas próprias, por vezes desvinculadas das figuras tradicionais de autoridade, como pais e professores, o que proporciona uma sensação de liberdade, autonomia e proximidade nas interações com amigos virtuais. De acordo com Dunker (2019), vivemos um tipo de sofrimento narcísico digital nas redes sociais, pois funcionam como um espelho que mostra nossa imagem ao mundo. Quando o sujeito faz uma postagem, acredita que está sendo visto e ouvido, uma ilusão, como aponta o autor. A partir disso, surge a frustração, ou “ofensa narcísica”, apontada por Dunker, quando não há a validação que o adolescente esperava. Esses aspectos possibilitam refletir sobre o impacto que a tecnologia exerce, de forma ampla, especialmente, para os jovens.

Diante destes apontamentos, Serebrinsky (2012) entende que o grupo psicoterapêutico constitui um sistema em que se reúnem as necessidades de indivíduos, cada um trazendo suas próprias vivências, valores, crenças e formas singulares de compreender o mundo de maneira funcional. O autor destaca que a atuação no contexto grupal possibilita transformações que se

estendem aos três âmbitos fundamentais da experiência humana, sendo o individual, o grupal e o social, nos quais o sujeito se forma, reflete e se relaciona.

Com isso, o grupo enquanto dispositivo clínico mostra-se particularmente relevante na elaboração do luto ao possibilitar um espaço de trocas e de simbolização em uma fase em que a subjetividade é constantemente tensionada pelas exigências de separação, individuação e redefinição de vínculos, segundo Luna (2020), realizar tais intervenções significa mais do que simplesmente proporcionar um espaço de acolhimento e escuta ao enlutado, implica também criar um ambiente onde as experiências de perda possam ser compartilhadas, tornando o processo de luto menos isolado e mais coletivo. Voltada à adolescência, a possibilidade de expressão de afetos e de compartilhamento de vivências com os pares oferece aos adolescentes a oportunidade de reconhecer que sua dor não é vivida isoladamente, mas encontra ressonância no outro. Assim, o grupo psicoterapêutico potencializa a capacidade de elaborar perdas, auxiliando o adolescente na construção de novos sentidos diante das rupturas.

Os resultados dessa prática evidenciam a importância dos dispositivos grupais como ferramentas que promovem o acolhimento, o diálogo sustentado pela escuta e a resignificação da dor da perda, contribuindo de forma significativa para compreender o papel do grupo psicoterapêutico no processo de elaboração do luto entre adolescentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo propôs uma reflexão sobre o luto na adolescência sob a ótica psicanalítica, enfatizando o papel do grupo psicoterapêutico como dispositivo clínico que favorece a elaboração psíquica da perda. A partir de uma revisão teórica, foi possível compreender que o grupo opera como espaço de fala, escuta, identificação e elaboração, permitindo que o adolescente simbolize o sofrimento e construa sentidos diante das rupturas vivenciadas nesse período.

A adolescência, compreendida à luz da psicanálise e do contexto sociocultural contemporâneo, revela-se como uma fase permeada por transformações psíquicas que demandam trabalho de elaboração. Outrossim, a adolescência configura-se como um processo subjetivo atravessado por lutos simbólicos fundamentais, que incidem diretamente na constituição da identidade e na elaboração da autonomia. A moratória social, conceito formulado por Erik Erikson (1976) e apontado por Calligaris (2000), revela o impasse vivido pelo adolescente, que se encontra entre a capacidade de agir e a autorização para tal, implicando a conflitos internos que se somam às exigências externas da sociedade, sendo ainda importante

observar que o acesso à moratória social não é igualmente disponível para todos os jovens. Camacho (2007) destaca que a moratória pode se revelar ilusória para adolescentes de classes populares, uma vez que a experiência da juventude é moldada pelas condições sociais e culturais, gerando diferentes maneiras de atravessar essa fase. Assim, não se pode falar em uma juventude única, mas sim em juventudes, já que cada contexto histórico, econômico e social oferece distintas oportunidades de experimentação e construção da identidade.

Nesse percurso, na adolescência, o luto assume um papel estruturante, não apenas diante da morte concreta, mas sobretudo como experiência simbólica de perdas constitutivas, como a perda do corpo infantil, das figuras parentais idealizadas e das identidades infantis. Quando essas perdas não são elaboradas, o processo de subjetivação pode ser comprometido, favorecendo a repetição de sofrimentos psíquicos, sobretudo na ausência de contextos que possibilitem escuta e simbolização. Nesse cenário, o grupo psicoterapêutico surge como uma possibilidade diante das demandas presentes nesse momento do desenvolvimento, a presença de pares em situações semelhantes promove o sentimento de pertencimento e validação emocional, o que potencializa os processos de simbolização e elaboração. Outrossim, a relação transferencial estabelecida no grupo, tanto com o terapeuta quanto entre os próprios participantes, abre espaço para a reatualização de conteúdos inconscientes e para a ressignificação de experiências anteriores não elaboradas. Como aponta Freud (1914), essa dinâmica envolve a compulsão à repetição, a qual, quando acolhida e interpretada no contexto transferencial, pode conduzir à elaboração psíquica da vivência, a partir da relação do sujeito com o outro.

Conforme discutido ao longo deste artigo, a psicanálise oferece instrumentos para compreender a dinâmica do luto e suas repercussões no psiquismo adolescente, sem reduzir o sujeito a diagnósticos e estigmas. A escuta da singularidade e o reconhecimento das particularidades desse momento do desenvolvimento são significativas para a eficácia do trabalho clínico na psicoterapia em grupo, haja vista que o grupo pode funcionar como um espaço de elaboração simbólica, onde os adolescentes compartilham experiências com os pares possibilitando a identificação e o acolhimento das angústias, favorecendo a construção de uma rede de apoio afetivo que contribui para a elaboração do luto.

Considerando o aumento de casos de sofrimento psíquico entre adolescentes e a importância de práticas que promovam saúde mental, é importante que os espaços grupais sejam valorizados e ampliados como formas potentes de cuidado e acolhimento possibilitando, portanto, o espaço de diálogo para os adolescentes.

Destaco, que este trabalho espera contribuir para o aprofundamento da discussão sobre o luto na adolescência, e evidenciar a importância dos dispositivos grupais como ferramentas clínicas efetivas para acompanhar, sustentar e promover a saúde psíquica dos adolescentes diante das perdas que permeiam esse momento.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALBERTI, Sonia. **O adolescente e o Outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. (Passo-a-passo; 37).

ANDRÉA, Maria Amélia. **Transferência e contratransferência: o sentir como instrumento de trabalho no processo grupal**. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 51-58, dez. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702006000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702006000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2025.

ARRAES, Ana Karenina de Melo Santiago. **Cenários de luto: um estudo de elaborações freudianas**. 2000. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43652/1/2000\\_AnaKareninadeMeloSantiagoArraes.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43652/1/2000_AnaKareninadeMeloSantiagoArraes.pdf). Acesso em: 21 mai. 2025.

AYUB, R. C. P.; MACEDO, M. M. K. **A clínica psicanalítica com adolescentes: especificidades de um encontro analítico**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 3, p. 582–601, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300011>. Acesso em: 6 out. 2025.

BARROS, Leonardo Haddad da Costa. **Transferência em psicoterapia de grupo de orientação analítica**. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 48, n. 88, p. 81–94, dez. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352015000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352015000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 9 set. 2025.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 98 p. (Coleção Primeiros Passos; 159). Disponível em: <https://gtfhufrgs.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/06/o-que-c3a9-adolescencia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. **A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares**. In: SPÓSITO, Marília Pontes. *Juventude e poder local*. Brasília, DF: UNESCO, 2007. p. 169–199. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/333376440\\_Livro\\_Juventude\\_e\\_poder\\_local\\_2007](https://www.researchgate.net/publication/333376440_Livro_Juventude_e_poder_local_2007). Acesso em: 10 nov. 2025.

CARDOSO, Gabriel de Melo; KAWABE, Idris Henriques; SANDI, Nathália. **“Grupos psicoterapêuticos como potencializadores do desenvolvimento de novas interações”**.

Psicologia da Saúde e Processos Clínicos, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://koan.emnuvens.com.br/psisaude/article/view/65> . Acesso em: 9 nov. 2025.

CARVALHO, Pérola Lozano Teixeira de. **Adolescências, gênero, sexualidade e educação: contribuições da psicanálise**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1261091> . Acesso em: 16 ago. 2025.

COSTA-ROSA, Abílio da. **O grupo psicoterapêutico no discurso do analista: um novo dispositivo da clínica na atenção psicossocial**. *Revista de Psicologia da Unesp*, Assis, v. 18, n. esp., p. 55–87, 2019. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-90442019000200005&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-90442019000200005&script=sci_arttext) . Acesso em: 2 set. 2025.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Lutos finitos e infinitos**. São Paulo: Paidós, 2023.

DUNKER, Christian. **Sofrimento narcísico digital: quando as redes sociais mostram nosso espelho**. Blog do dunker, 2019. Disponível em: <https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/2019/09/13/sofrimento-narcisico-digital-quando-as-redes-sociais-mostrar-nosso-espelho/> . Acesso em: 8 nov. 2025.

GOLDENBERG, Leonardo, AKIMOTO, Cláudio (orgs.); DUNKER, Christian. Prefácio. **O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise, pandemia e história**. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

ERIKSON, Erik H. **Identidade: juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 322 p. (Ciência da educação (Zahar).

FERNANDES, Beatriz Silvério. **Psicoterapia de grupo com crianças e adolescentes**. Clínica de grupos de inspiração psicanalítica: teoria, prática e pesquisa. Londrina: Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina, p. 288-302, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/clinicapsicologica/pages/arquivos/Clinica%20de%20grupos%20de%20inspiracao%20psicanalitica%20-%20teoria%20pratica%20e%20pesquisa.pdf> . Acesso em: 10 nov. 2025.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, coord. Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV. (Obra original publicada em 1917).

FREUD, Sigmund. **A dissolução do complexo de Édipo (1924)**. In: \_\_\_\_\_. Obras completas: volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 127.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio do Prazer (1920-1923)**. In: \_\_\_\_\_. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. Obras completas: volume 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id (1923)**. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.)

FREUD, Sigmund. **Repetir, recordar e elaborar (1914)**. In: \_\_\_\_\_. Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. São Paulo: Jornal de Psicanálise, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, V. 27, N. 51, 1994. p. 150–158.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)**. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção**. Estud. Pesqui. Psicol., Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 ago. 2025.

GEA, Marcela Rezende. **Corpos marcados: adolescência e ideais na contemporaneidade**. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6447/1/Corpos%20marcados%3A%20adolesc%C3%Aancia%20e%20ideais%20na%20contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

IACONELLI, Vera. Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/27547>. Acesso em: 2 dez. 2025.

KOVÁCS, Maria Julia. **Educação para a morte**. Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 12–23, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/SkwBgq7Xm8GLKJpQxmMMpDh/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

LACAN, Jaques. **Escritos. (1966)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise (1964)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LÍRIO, Luciano Carvalho. **Adolescência na contemporaneidade**. Protestantismo em Revista, v. 29, p. 36–41, 2012. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/251>. Acesso em: 13 out. 2025.

LUNA, Ivânia Jann. **Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto**. Nova Perspectiva Sistêmica, v. 29, n. 68, p. 46–60, 2020. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/585/459>.



Acesso em: 13 set. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos (1982)**. São Paulo: Boitempo, 2004. Disponível em: <https://jadirantunes.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/04/karl-marx-manuscritos-econoc3b4mico-filosc3b3ficos-boitempo.pdf>  
Acesso em: 10 mai. 2025.

MORETTO, Cybele Carolina; CARVALHO, Cíntia Cardoso Vigiani; TERZIS, Antonios. **Perspectiva grupal nas instituições**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 16-24, jun. 2010. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702010000100003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702010000100003)  
Acesso em: 27 set. 2025.

OLIVEIRA, Humberto Moacir de; HANKE, Bruno Curcino. **Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise**. Ágora (Rio J. Online), v. 20, n. 2, p. 295-310, mai.-ago. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-837891>  
Acesso em: 10 set. 2025.

REIS, José Antonio Martins Nogueira dos. **Luto e acting out: histórias de vida e de morte**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.57450>  
Acesso em: 5 nov. 2025.

REZENDE, Marília.; NETO, Wilmar.; RODRIGUES, Josiele. **Adolescência: os desafios de uma fase**. In: colóquio estadual de pesquisa multidisciplinar (ISSN 2527-2500); congresso nacional de pesquisa multidisciplinar, 2018, Mineiros. *Anais...* Mineiros: Unifimes, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/462>  
Acesso em: 15 mai. 2025.

RODRIGUES, Raoni Pereira. **Repetição, regressão e os destinos da onipotência infantil: reflexões sobre o manejo do narcisismo precoce na clínica psicanalítica (versão corrigida)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.  
Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-31082023-113047/publico/Dissertacao\\_Raoni\\_Rodrigues\\_VERSAO\\_CORRIGIDA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-31082023-113047/publico/Dissertacao_Raoni_Rodrigues_VERSAO_CORRIGIDA.pdf)  
Acesso em: 18 out. 2025.

SANTERIO, Tales Vilela; FERNANDES, Waldemar José (Orgs.). **Proposta introdutória de classificação do trabalho grupal**. Clínica de grupos de inspiração psicanalítica: teoria, prática e pesquisa. Londrina: Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina, 2021.  
Disponível em: <https://www.uel.br/clinicapsicologica/pages/arquivos/Clinica%20de%20grupos%20de%20inspiracao%20psicanalitica%20-%20teoria%20pratica%20e%20pesquisa.pdf>  
Acesso em: 10 nov. 2025.

SCHALY, Marcia Salete Wisniewski. **Adolescência e cultura digital: políticas educacionais e subjetividade juvenil**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1910>  
Acesso em: 08 nov. 2025.

SEREBRINSKY, Horácio. **Psicoterapia de grupo**. Ajayu, La Paz, v. 2, pág. 132-155, agosto de 2012. Disponível em: [http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S207721612012000200001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S207721612012000200001&lng=es&nrm=iso)  
Acesso em: 9 nov. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/cristinaqueiroz/livros/metodologia-do-trabalho-cientifico-severino/view>. Acesso em: 2 dez. 2025.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. **Desenvolvimento da infância e adolescência**. 1. ed. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

VERZIGNASSE, Valéria Cristina Pereira. **Acting Out em um grupo de adolescentes: um estudo psicanalítico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Escola de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15847>  
Acesso em: 6 nov. 2025.